

Governo lança Sistema Nacional LGBT para integrar políticas contra o preconceito

27/06/2013 - 14h59

Nacional

Carolina Sarres
Repórter da Agência Brasil

Brasília - O governo lançou hoje (27) o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Sistema Nacional LGBT), com a assinatura de duas portarias - uma de criação do sistema e outra de um comitê gestor de enfrentamento da chamada LGBTfobia, o preconceito e a violência contra a diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero.

No lançamento, também foi apresentado relatório com dados sobre violência homofóbica em 2012, que indicou 166% de aumento do número de denúncias feitas e 183% de aumento da quantidade de vítimas - o que, para a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, responsável pelo relatório, não indica necessariamente o crescimento de casos, mas a maior confiança da população no sistema. Amanhã (28) comemora-se o Dia Mundial do Orgulho LGBT.

"Os dados do relatório indicam que há confiabilidade no sistema que estamos instituindo. Se denunciam mais, é porque as pessoas veem os resultados", disse a ministra da SDH, Maria do Rosário.

O Sistema Nacional LGBT funcionará de acordo com uma estrutura articulada e interfederativa de políticas e iniciativas para incentivar a criação de programas para a população. O sistema será formado basicamente por centros de promoção e defesa - com apoio psicológico, jurídico, entre outros tipos de suporte - e por comitês de enfrentamento à discriminação e de combate à violência, com participação de atores sociais.

No ano passado, segundo o relatório divulgado pela SDH, foram registradas 3.084 denúncias de violência contra homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais; e mais de 9,9 mil violações de direitos relacionados à população LGBT. A estatística envolve 4,8 mil vítimas e 4,7 mil acusados. Esses números indicam aumento de denúncias e de vítimas envolvidas. O estudo ainda mostrou que houve uma mudança de perfil dos denunciadores, que antes era a própria vítima. Em 2012, constatou-se que 47,3% das denúncias foram feitas por desconhecidos.

"Isso demonstra que a sociedade está absorvendo o sistema de denúncia, reconhece que esse tipo de discriminação é de direitos humanos e passa a denunciar", disse a vice-presidenta do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT, Janaina Nogueira.

Dos casos de violência, 71,3% são contra pessoas do sexo biológico masculino e 20,1%, feminino; 60,4% são gays; 37,5%, lésbicas; 1,4%, travestis; e 0,49%, transexuais. Esses dados são baseados na sistematização de informações colhidas pelos serviços Disque 100, da SDH, e Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), e pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no atendimento médico às vítimas. O objetivo é começar uma série histórica desses números.

"Esse relatório permite o monitoramento dos avanços e dos retrocesso da violência. Iremos perceber como se comporta o perfil das vítimas, a violência, e, a partir daí, como podemos melhor enfrentá-la", informou o presidente do Conselho Nacional LGBT, Gustavo Bernardes.



ÚLTIMAS NOTÍCIAS

17h21 Cidadania
Equidade de gênero nas empresas do Brasil e do mundo vai demorar para virar realidade, diz especialista

17h13 Nacional
Manifestações refletem insatisfações da "velha nova classe média", diz ministro

17h04 Política
Câmara Municipal de SP aprova CPI para investigar planilhas do transporte público

17h00 Nacional
Sérgio Cabral se reúne com manifestantes que estão acampados em frente a sua casa

16h57 Nacional
ONG vai denunciar à OEA major do Bope que comandou ação no Complexo da Maré

NOTÍCIAS DO MESMO DIA

17h04 Política
Câmara Municipal de SP aprova CPI para investigar planilhas do transporte público

17h00 Nacional
Sérgio Cabral se reúne com manifestantes que estão acampados em frente a sua casa

16h57 Nacional
ONG vai denunciar à OEA major do Bope que comandou ação no Complexo da Maré

No lançamento do sistema, também foi anunciado, pela assessora especial do Ministério da Saúde, Lena Peres, a ampliação da ficha de atendimento em postos do SUS, em que também constarão nos espaços para a definição dos casos, as violências homofóbicas. Na ficha, ainda haverá espaço para o nome social da pessoa no campo da identificação pessoal, para a identidade de gênero e para a orientação sexual.

De acordo com a assessora, o projeto piloto dessa ficha será implantado em Goiás, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, a partir de agosto. A expectativa é a de que esses campos na ficha do SUS estejam disponíveis em todo o país a partir de janeiro do próximo ano. A ficha deverá ser um importante instrumento para a identificação desse tipo de violência, devido à capilaridade do sistema de saúde.

A representante da Saúde ainda informou que o novo diretor do Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis, Aids e Hepatites Virais do ministério será Fábio Mesquita, atualmente na Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo Lena Peres, Mesquita iniciará os trabalhos no departamento em julho. No início de junho, o ex-diretor do departamento, Dirceu Greco, foi exonerado devido a uma campanha publicitária para o Dia Internacional das Prostitutas.

Na divulgação, a tônica entre os presentes era o repúdio ao Projeto de Decreto Legislativo 234/11, conhecido como Projeto da "Cura Gay", que permite tratamento psicológico relacionado à orientação sexual, aprovado na última semana pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara. "Não tínhamos dúvida de que essa era a pauta da comissão, dominada por um projeto de poder que pressupõe o rompimento da laicização do Estado e a hierarquização dos seres humanos, entre quem pode e quem não pode amar", disse a representante da Frente Parlamentar dos Direitos Humanos e LGBT da Câmara, deputada Erika Kokay (PT-DF).

A ministra Maria do Rosário disse ser inaceitável que a homossexualidade seja tratada como doença, ao citar as posições contrárias ao projeto divulgadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras entidades. Ela pediu a aprovação do Projeto de Lei (PL) 122, em tramitação no Congresso, que criminaliza atos de violência contra homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais.

Para a assinatura da portaria de criação do Sistema Nacional LGBT, estiveram presentes os ministros das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e da SPM, Eleonora Menicucci; a presidenta da Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), desembargadora aposentada Maria Berenice Dias; e representantes dos ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), da Advocacia-Geral da União (AGU) e de entidades de apoio à promoção dos direitos LGBT.

Edição: Davi Oliveira

*Todo o conteúdo deste site está publicado sob a Licença Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil. Para reproduzir o material é necessário apenas dar crédito à **Agência Brasil***

[Dia Mundial do Orgulho LGBT](#) [homofobia](#) [LGBTfobia](#) [Nacional](#) [SDH](#) [Secretaria de Direitos Humanos](#) [Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência LGBT](#) [Sistema Nacional LGBT](#)

» Leia também:

[Policiais fluminenses vão ser capacitados no atendimento à população LGBT](#)

[Sistema Nacional LGBT faz primeira audiência pública](#)

[Proposta de conselho LGBT tira pregação religiosa do projeto que criminaliza homofobia](#)

[Apenas cinco estados brasileiros têm conselhos sobre a questão LGBT, diz pesquisa](#)

[Psicólogos e movimentos sociais protestam contra projeto da "cura gay"](#)

[OAB critica aprovação da "cura gay" por comissão da Câmara](#)

[Ministro da Saúde exonera diretor após campanha para o Dia Internacional das Prostitutas](#)



[Compartilhar](#)

[Fale com a Ouvidoria](#)

[A Empresa](#)

[Conselho Curador](#)

[Sala de imprensa](#)

[Ouvidoria](#)

[Acesso à informação](#)

[Política de privacidade](#)
[Termos de Uso](#)

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a Licença [Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil](#) exceto quando especificado em contrário e nos conteúdos replicados de

Razão Social: Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC
CNPJ: 09.168.704/0001-42
Endereço da Sede: Setor Comercial SUL - SCS - Quadra 08
Bloco B-60
1º Piso Inferior - Edifício Venâncio 2000 - Asa Sul -